

# UM GOLPE NAS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS

*Marcelo Braz*

Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ<sup>1</sup>

**“[...] A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões [...]”**  
(Marx, *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, 1843)

No dia 12 de maio ocorreu mais um pobre espetáculo de nossa pobre democracia. Desta vez o palco foi o Senado. Não repetiu exatamente o show de horrores que foi o “17 de abril”, insuperável como espetáculo que apresentou aos brasileiros e ao mundo o nível desclassificado dos parlamentares. Não esqueceremos jamais um outro 17 de abril quando, em Eldorado dos Carajás, 19 sem terra foram assassinados em 1996 (há vinte anos, portanto). Mas a data ganha outra efeméride: o 17 de abril de 2016 entrará para a história como mais um *triste capítulo de nossa pobre democracia*.

Uma vez Lenin disse algo que a realidade tem lhe dado toda a razão: “O parlamento é uma fábrica de cretinos”. Vimos no Brasil, sem disfarces, até onde pode ir o *cretinismo parlamentar*. Na votação do impeachment vimos que a maior fábrica dessa espécie de cretinice é a Câmara dos Deputados presidida, até então, pelo maior dos cretinos e comandada na sua base pela chamada bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia – ruralistas, indústria de armas e evangélicos) que na verdade deveria ser BBBBB (Boi, Bala, Bíblia, Bola e Banca – os dois últimos representam a “cartolagem” do futebol e o

---

<sup>1</sup>Professor Associado da ESS/UFRJ. Pesquisador do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas). Entre outros é autor de *Partido e Revolução – 1848-1989*, Ed. Expressão Popular, 2011; *Co-autor* (com J. P. Netto) de *Economia Política: uma introdução crítica*, Ed. Cortez, 2014, 8ª. edição.

sistema financeiro).

Há um debate se aquilo se configurou num *golpe*. Uns acham que é um *golpe branco*, outros que é um *golpe institucional*, um misto do modelo hondurenho (que depôs Zelaya em 2009 com aval da Suprema Corte) e paraguaio (que depôs Lugo em 2012 com aval do legislativo). No Brasil a deposição da presidente adicionou mais ingredientes: contou com aval da Suprema Corte, do Legislativo, de parte ativa do Judiciário, da PF e com apoio militante da nata do empresariado nativo e, especialmente, dos oligopólios da Mídia que agiram não como um “Quarto Poder”, mas como se fossem o *Primeiro Poder* pautando todos os outros.

**Não** achamos que isso se constituiu num *golpe clássico*, uma vez que está a ocorrer dentro do funcionamento das instituições democráticas burguesas, ou seja, ocorre com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, especialmente na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida.

Um deputado desclassificado (Heráclito Fortes, ex-DEM, hoje PSB!) deu-nos uma contribuição insólita. Quando perguntado se houve golpe ele saiu-se com uma pérola da cretinice parlamentar : disse que “*se houve golpe, foi um golpe democrático*”. Sem querer, deu-nos talvez uma expressão paradoxal que na sua contradição revela o contraditório. O impeachment foi um “golpe democrático” operado no âmbito da democracia burguesa *em funcionamento*. Foi, desta forma, ***um golpe nas ilusões democráticas*** – geradas pelos limites próprios da ordem burguesa (e de sua democracia)

cuja condição cria suas próprias ilusões.

Especialistas e organismos de diversas tendências (como o secretário-geral da OEA) têm afirmado, com alguma sinceridade, que se as “instituições da democracia brasileira” estivessem funcionando não teríamos o impeachment. Ao contrário: *exatamente porque elas funcionaram é que foi possível depor um governo eleito* porque não interessava mais que ele continuasse.

Todo esse preâmbulo serve para que não caiamos em **duas tentações**:

- *Primeiro* a de **subestimar a democracia**, mesmo que burguesa...

Sabemos que qualquer forma de república democrática é melhor (ou, menos pior) que qualquer forma de ditadura! Seja qual for a estratégia política que adotamos, é na democracia que reunimos mais condições para avançar, para lutar, para resistir. Por isso, temos que denunciar qualquer tipo de recuo democrático como o que estamos vendo no momento. E não apenas por causa do impeachment porque *ele não é o único recuo democrático que estamos a assistir*. Como veremos mais adiante, ele apenas é *um atalho para mais recuos democráticos* que estão a se desenhar em todos os níveis da sociedade brasileira.

- *Segundo*: a de **superestimar a democracia burguesa**.

A democracia tem o seus limites. Justamente porque é (e sempre será) democracia acompanhada por um adjetivo que lhe é inseparável (que, por ser-lhe inseparável, *é-lhe quase um substantivo*): a democracia é democracia burguesa! Que por ser *restrita* ao âmbito da sociedade capitalista não propicia uma participação **real** da massa do povo na direção/gestão do Estado, porque se esgota nos seus limites formais. *É uma das formas*

*políticas* dessa sociedade.

No Brasil, isso se torna mais complicado porque o *modus operandi das classes dominantes* sempre foi o de manter com a democracia uma relação *exclusivamente instrumental*. Ou seja, ela é útil quando favorece (ou não atrapalha) os interesses de classe dos dominantes. Assim foi em 1945, em 1954, em 1961, em 1964. Não necessariamente porque nesses momentos tínhamos governos que colidiam frontalmente com os interesses burgueses. Basta apenas existir um governo com algum “traço popular”, algum traço reformista (mesmo um “reformismo fraco”) – que já não mais sirva aos interesses dominantes – para que ele possa ser desestabilizado, por dentro e por fora, internamente e externamente. E lembrem que em *praticamente todos esses momentos históricos que citei o mote da corrupção* (ou o patriotismo, que é sempre “o último refúgio dos canalhas”... e dos covardes!) *foi usado*. Ora contra Getúlio, ora contra Jango, e até mesmo contra JK.

Temos no Brasil um histórico de soluções “pelo alto” que exclui os “de baixo” de qualquer participação no *poder político*. E que reiteradamente golpeia aqueles que já não lhe servem ou que contrariem os interesses econômicos das classes dominantes. Assim, **nem subestimemos nem superestimemos a democracia**. E não tenhamos dúvidas de reagir, de ir à luta quando ela for atacada. É hora então de irmos à luta!

Mas antes de prosseguir, é necessário dizer que, apesar do “17 de abril”, do rebaixamento ainda maior da nossa pobre democracia, tudo o que envolveu esse processo político que derrubou o governo Dilma pode nos servir como lição. Serve para mostrar ao povo brasileiro, com transmissão ao vivo e à cores pela Rede Globo em meio

a sua nobre programação dominical, *a podridão do sistema da democracia representativa do Brasil*, para apresentar a quem não conhecia o nível de indigência moral e intelectual dos “representantes do povo” na mal chamada “casa do povo”. Mal chamada porque *o povo, em sua maioria, não é aquela coisa vergonhosa*, não é aquele horror, não é aquele circo com direito até a um palhaço profissional que envergonha sua categoria. O povo, em sua grande maioria (e é claro que estou falando da classe trabalhadora do nosso país), é constituído de gente honesta, honrada, trabalhadora, sempre disposta a arregaçar as mangas. Um povo trabalhador, generoso, alegre e festivo (cuja suposta cordialidade não tem nada de resignada, pois que é um povo lutador que derramou sangue por suas conquistas em tantas e tantas lutas inglórias, de norte a sul deste país). Um povo que “inventou a batucada pra deixar de padecer”, que se tornou um povo musical como forma de reagir, através dessa expressão cultural, às portas sempre cerradas para o acesso à cultura letrada – às escolas e universidades de qualidade, privilégios do “andar de cima”, desde que esse país se constituiu, “pelo alto”, numa nação sem povo.

Nesse sentido, não apenas o “17 de abril”, mas *todo o processo político* nesses seguidos meses de desestabilização do governo pode ter sido *politicamente* pedagógico. Aquela podridão não é o espelho do povo. Aquela autoimagem invertida quebrou o espelho. E um espelho quebrado pode até ser remendado, mas será sempre um espelho quebrado. Assim, nós podemos e devemos trabalhar junto às massas essa contradição do momento histórico que vivemos.

O momento pode ser pedagógico também porque foi revelador de vários *traços importantes das classes dominantes* que se tornaram visíveis, didática e escandalosamente. O rei e seus súditos puseram-se nus! O Judiciário mostrou sua

“imparcialidade”, a mesma “imparcialidade” que usa com os “de baixo”, contra os pobres que são julgados e encarcerados aos milhões por seus “atos contra as leis”. A tal “imparcialidade” do Judiciário pode ser resumida assim: “*Aos ricos: o favor da lei. Aos pobres: o rigor da lei!*”. No Brasil o Judiciário é uma caixa-preta cujo funcionamento se dá com base em sistemas hierárquicos nos quais os ocupantes dos postos mais importantes não são eleitos pelo povo (no máximo são escolhidos entre seus pares). E as corporações que formam o sistema judiciário em nosso país consomem boa parte de nossa riqueza. Dados mostram que a Justiça custa ao Brasil 1,2% do PIB (3 vezes o Bolsa Família). Comparando-se com outros países, vê-se o tamanho da diferença: 0,34% Venezuela; 0,32% Alemanha; 0,28% Portugal; 0,22% Chile; 0,14% Inglaterra e EUA; 0,13% Argentina. Temos um custo alto para serviços de pouca qualidade e muito morosos.

Como dizia, o momento atual pode ser pedagógico também porque revela vários traços importantes das classes dominantes, tornando-os mais visíveis. Além do Judiciário que expôs sua “imparcialidade”, os políticos mostraram-se todos nus, sem disfarces, inclusive revelando pelo quê ou em nome de quem estavam votando. O empresariado pagou, literalmente, o pato da Avenida Paulista, repetindo a militância antidemocrática de amplos setores empresariais, como fizeram em 1964. Aliás, quem também se repetiu foi a OAB... E a grande mídia (especialmente, mas não só, a Globo) “pisou fundo” e mostrou-se de fato o que é ao povo brasileiro: talvez o maior “partido” organizado das classes dominantes brasileiras. O padrão mais “sofisticado” (de sofisticada manipulação) do trabalho ideológico que faz em prol de seus objetivos foi

abandonado em nome da sanha desestabilizadora. O *conluio entre legislativo, judiciário, PF, mídia e organizações empresariais* como a FIESP foi explícito. Por tudo isso, esse momento pode ser politicamente pedagógico porque expôs as vísceras do poder do capital no Brasil e mostrou como suas maquinações intestinais funcionam.

Mas não tenhamos ilusões também com isso, pois a “normalidade” há de regressar e as máquinas ideológicas de representações que o poder dominante capaz de criar já estão trabalhando para difundir o novo momento... a solução Temer.

O resultado produzido também pode nos mostrar que os últimos meses geraram uma vivência política que muitos não tinham ou haviam abandonado. Tomamos um banho de política (ainda que com água suja e fedida da “pequena política”!). Há muito que não se via tanta gente falando de política: nas ruas, nas escolas, no trabalho, nas reuniões familiares, no ônibus, no trem, no metrô, no táxi etc. É verdade que o ambiente imperante foi e é o da despolitização em todas as camadas da população brasileira. E sabemos também que as posições, mesmo entre aqueles que eram *contra* o impeachment, valiam-se de argumentos pueris muito marcados por uma paixão cega, literalmente, pois que incapazes de enxergar as razões da derrota do PT e de seu governo. De toda a forma, o caráter abertamente antidemocrático, sem disfarces (ou com disfarces de legalidade) pode ter criado condições para desmistificar tanto os limites (e as ilusões) da democracia burguesa e, particularmente, pode ter servido para revelar o *modus operandi* das classes dominantes que agiram em conluio à luz do dia e adotaram mais uma solução “pelo alto”, mas desta vez com televisão, com apoio do

STF, de setores importantes do Judiciário, da PF e do Congresso Nacional.

E mais: talvez tenham sido dados alguns passos para superarmos uma das formas mais difundidas da ideologia dominante no Brasil assentada na *visão de harmonia entre as classes, tão bem cultuada desde Vargas até Lula-Dilma*. As condições atuais podem dificultar a reiteração de estratégias típicas da velha social democracia, recauchutadas pela chamada Terceira Via e que ganhou sua versão tupiniquim nos governos do PT: a estratégia do “bom capitalismo”, do “capitalismo de rosto humano”.

Entretanto, de tudo, ficou um gosto amargo de derrota, e não só para o PT, que *é de fato o grande derrotado com sua estratégia de conciliação de classes*. A derrota do PT respinga em toda a esquerda porque as máquinas ideológicas da classe dominante tratam de colocar todos no mesmo saco da “esquerda”. Nesse sentido, é uma derrota que hipoteca o futuro das forças de esquerda no país pelo menos no curto-prazo. O *recuo democrático* que assistimos e que deverá se aprofundar tende a nos colocar na resistência aos ataques que vêm por aí, o que nos exigirá alguma unidade pelo menos tática.

Sabemos que o essencial ainda está por vir. O derrube de Dilma e do PT significa mais que um atentado à democracia: ele significa, para as classes dominantes, que é hora de uma *nova hegemonia* que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo *que substitua a forma hegemônica que até então serviu*. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um *novo bloco de poder* para criar as condições ideais.

É evidente que há uma *crise de hegemonia*. Não exatamente aquele momento em que as classes dominantes já não podem governar como antes governavam e tampouco as classes dominadas criaram as condições para se tornar classe dirigente. Pensamos numa crise de hegemonia que, como nos ensina Gramsci, *em conjunturas recessivas comporta sempre o risco de impasses e de vácuos* que podem levar a um desenlace dramático acompanhado pelo esgarçamento do tecido social e a explosão de particularismos. Nesses momentos, como o que estamos a viver, de *transição entre formas hegemônicas* é comum que formas “bonapartistas” não clássicas sejam úteis. Não uma forma abertamente ditatorial, mas *uma forma que conspira contra os avanços democráticos*, e não só contra a democracia política, mas contra também os avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora. *Não exatamente uma forma abertamente fascista* – ainda que, como diria Brecht, “a cadela do fascismo esteja sempre no cio”... E não esqueçamos que o fascismo é sempre o regime político ideal para os monopólios –, mas *uma forma que se valha de elementos fascistas, de uma cultura política fascista que ataque as conquistas democráticas*.

O que está em jogo é a construção dessa nova hegemonia. E por isso estamos assistindo a uma *luta intraburguesa* ferrenha que está a disputar a direção do novo bloco de poder. Mas não nos enganemos. Mesmo com todas as divergências no campo burguês há, entre suas diversas frações, uma unidade de ação entre elas. Tal unidade está na necessidade de *acelerar* as condições de aplicação de políticas que destravem os obstáculos (políticos, econômicos, sociais e *ideológicos*) para a *implementação de uma agenda regressiva para a classe trabalhadora*, em todos os níveis. Essa agenda está lá

no documento “Uma ponte para o futuro”, lançado pelo PMDB antes da deflagração do impeachment. Mas o central aqui é que o *consenso burguês* está na necessidade de ***acelerar contrarreformas profundas*** que atendam a quatro objetivos centrais (todos eles contemplados nas medidas que já tramitam no Congresso Nacional e que devem ser aceleradas):

- recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos EUA no sentido de retomada da sua dominância imperialista em nosso subcontinente;
- reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média do trabalho com base em novas formas de combinação de mais-valia relativa (incremento tecnológico para reduzir TN e baratear a reprodução social da FT) e mais-valia absoluta (sobretudo, via flexibilização das relações trabalhistas com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador);
- implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país;
- readequar as políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical de modo a criar condições para um ciclo profundo de políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores.

Por tudo isso, o momento é grave. E requer de nós prontidão, alguma unidade de ações para construir uma pauta de resistência ao que vem por aí. E o que vem por aí é o cerne de nosso problema e já podemos antecipar. Se olharmos atentamente para o documento “Uma Ponte para o Futuro” (que é mesmo *uma ponte para a barbárie...*) e também para o primeiro discurso oficial de Temer feito naquela fatídica sexta-feira 13, veremos que há três linhas de prioridade que eles apontam: “*ordem e progresso*”;

“privatizar tudo o que for possível”; implementar uma tal “democracia da eficiência”. Sabemos o que querem dizer essas três linhas de prioridade: literalmente, *repressão para os trabalhadores e progresso para o capital!*

Isso se dará, como disse, por meio de medidas, projetos de lei e decretos que poderão avançar. Eles são a forma concreta para aquilo que sustentei no início desse texto: para acelerar as condições para implementação de uma agenda **profundamente regressiva** entre nós, *não restrita à economia*, como veremos abaixo. Alguns deles – como a PLC 257/16 – já se encontram em estágio de tramitação prolongado seja na Câmara, seja no Senado. Outros já surgiram do novo governo, como a MP 727 que é a medida que dá as coordenadas para o “privatizar tudo o que for possível”.

Abaixo alguns deles:

- ataque às políticas sociais públicas e estatais que compõem a seguridade social em nosso país, como forma de avançar mais sobre o Fundo Público. As políticas sociais tendem a sofrer ataques no sentido de readequá-las ao novo período, por meio de formas de mercantilização (previdência e saúde, sobretudo) e de choques de gestão em busca de otimização e eficiência que tenderão a rebaixar direitos. No caso da Previdência o fato de ela ter sido deslocada para a Fazenda já torna evidente o tratamento que terá. Será tratada, agora sem intermediações políticas inconvenientes, diretamente como questão financeira e atuarial. Não à toa foi escolhido um homem (que tem nome de ditador fascista: Marcelo Caetano) do mercado (foi da BrasilPrev) para dirigir a nova Secretaria criada para a área;

- risco de aumentar o escopo de políticas focalizadoras em

detrimento das universais. E há mesmo uma tendência que já está sendo discutida de tornar o Bolsa Família um programa mais focalizado. Se avançar a ideia teremos uma inovação: uma focalização da focalização das políticas sociais;

- alterações na legislação trabalhista com vistas: a rebaixar os custos do trabalho, aumentar a produtividade média dos trabalhadores considerada baixa, flexibilizar ainda mais (lei das Terceirizações) as relações de trabalho que reforçam os objetivos anteriores e tendem a reforçar ainda mais a alta taxa de rotatividade da força de trabalho (já uma das maiores do mundo);

- mais ataques à empresas públicas no sentido de privatiza-las ou de torna-las mais eficientes (estabelecimento de medidas mais duras de controle dos servidores, congelamento de salários, mais programas de PDV, limites ao direito de greve dos servidores, fim do abono permanência, retomada do Estatuto das Fundações). Quando não for possível a privatização (lembre que o lema é: “privatizar tudo o que for possível”) será adotado largamente o modelo das concessões via PPP’s que avançou tanto nos governos do PT e que encontra caminho regulamentar livre para se alastrar. Especificamente no caso da Petrobrás o novo marco regulatório (que literalmente entrega quase todo o “ouro negro” do pré-sal às grandes empresas das potências capitalistas) aprovado no Senado (obra de José Serra) deverá ser rapidamente sancionado por Temer. Para o BNDES não foi à toa a escolha de Maria Sílvia Bastos Marques que foi uma das comandantes das privatizações do governo FHC;

- nova regulamentação/flexibilização da questão do trabalho escravo de modo a excluir termos como “jornadas exaustivas” da analogia a formas de escravidão;

- redução da jornada com redução dos salários;
- redução da idade laboral (de 16 para 14)
- redução da maioridade penal;
- aumento da internação de adolescentes infratores;
- Estatuto do Nasciturno (mais criminalização do aborto);
- Estatuto da Família (ataque aos avanços dos direitos no campo da orientação sexual)
- aplicação da Lei Antiterror (triste herança de Dilma) que aumentará a repressão e colocará mais dificuldades ao nosso trabalho junto aos movimentos sociais.

Essa agenda não é apenas do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, PSD e outros menos cotados). Ela é a atual *agenda política e econômica do imperialismo para a América Latina* que, tendo nos EUA o seu centro de comando principal, encontra em vários de nossos países amplos setores burgueses associados e dependentes que lhe facultam apoio militante por todos os meios possíveis, legais e ilegais. Entre as grandes burguesias financeiras atuantes no subcontinente e entre outras frações burguesas a elas associadas e subordinadas se consolidou um consenso burguês em torno da necessidade de *aceleração das condições ideais para a acumulação de capital*. Tal necessidade de aceleração é muito determinada pela crise que se arrasta nas potências capitalistas e pela desaceleração da China, assim como pelas dificuldades que o imperialismo encontra (por ele mesmo criadas) em meio as guerras nos países da Ásia e do Oriente Médio. É esse cenário internacional da economia capitalista que coloca a América Latina na rota das prioridades imperialistas. O processo de retomada em condições ótimas dessa vasta

zona de influência imperialista impõe uma partilha territorial e econômica que tem no Brasil um ponto estratégico fulcral. Nem Argentina (já retornada à órbita de Influência), nem Venezuela (vítima de ataques desestabilizadores frequentes) e, muito menos Bolívia e Equador, têm o peso da economia brasileira.

Por fim, o impeachment foi feito, as ilusões foram perdidas e a nossa pobre democracia vê-se diante de mais um recuo profundo. Mas ela ainda oferece terreno para trabalharmos, ainda que sob a “Lei Antiterror” que herdamos de Dilma, em suas contradições. O **ilegítimo** governo de Michel Temer tem apenas duas semanas de vida completadas hoje, 27 de maio de 2016. Ele tem diante de si três problemas, que se autodeterminam, dificilmente superáveis:

- nada ou ninguém lhe atribuirá algo que não tem: legitimidade. É, geneticamente, um governo ilegítimo, sem voto, impopular, fruto de uma fraude. A vitória dos defensores do impeachment – e aqui não estou generalizando e me refiro à (para além dos políticos) parte da grande mídia, dos setores empresariais, do Judiciário e da população que se uniram e se moveram pelo ódio ao PT e pela necessidade de uma nova hegemonia e que terão dificuldades de levar Temer até o fim – é, nesse sentido, uma vitória envergonhada. E é também uma vitória de Pirro, levada a preços tão altos que já estão sendo cobrados (lembre o que disse Pirro a um combatente mais

festivo que parece não perceber os limites da vitória: “uma outra vitória como esta o arruinaria completamente”) Por isso, nem aquilo que todo governo tem à partida - um “voto de confiança”, uma certa “lua de mel” – pode gozar esse governo;

- é um governo marcado pela luta interna – que já está aberta (a unidade entre eles foi

até o impeachment...) – tanto pela liderança do novo bloco de poder que se desenha em meio a crise de hegemonia quanto pelo processo eleitoral que se avizinha (2018 já chegou em Brasília!). O PSDB já disse ao que veio nos principais jornais do país através de seu príncipe. FHC disse que o partido sairá do governo no primeiro sinal de que ele não dará certo. E ele disse *em toda a entrevista* que o governo *não dará certo*, porque a crise é profunda e porque Temer não foi eleito e nem tem estatura para liderar o país... (mais claro que isso, impossível!). O homem do PSDB no STF (Gilmar Mendes) também já fez seu trabalho... Rapidamente mandou arquivar a investigação que sequer começou sobre Aécio Neves. E é bom lembrar que Gilmar agora está também na presidência do TSE;

- e, por fim, e mais importante: Temer tem pela frente uma brutal crise social (econômica e política) que, sob o ponto de vista capitalista-neoliberal, vem corroendo todos os “bons” indicadores da economia brasileira. Resta a ele um único caminho: a adoção de medidas profundamente impopulares e ainda mais recessivas (um amplo ajuste fiscal), isso diante de uma economia já no fundo do poço, de quebraadeira generalizada de grandes empresas e de um desemprego galopante... O “mercado” lhe deu um *cheque em branco*: a escandalosa nova meta fiscal (170 bilhões) que é mais que o dobro daquela proposta pelo governo Dilma. Em troca parece que há um pacto entreguista com o “mercado” estabelecido em torno do ataque aos direitos sociais e trabalhistas, do avanço sobre os recursos do Fundo Público e das privatizações. Certamente que são medidas impopulares que piorará a já péssima imagem de Temer

à população trabalhadora (camadas médias inclusas).

Diante desse quadro de **temeridades** devemos ter em mente todas as variáveis das lutas de classes que se aprofundam nos cenários de crise de hegemonia em conjunturas recessivas, como já lembramos a partir de Gramsci. Temos que tê-los em mente para sabermos como enfrentar suas tendenciais consequências de fragmentação dos interesses que só favorecem aos *particularismos* de todo tipo, *inclusive no seio das forças de esquerda*.

Contudo, mesmo diante de um cenário que já é sombrio, sabemos que a classe trabalhadora brasileira, temperada por tantas lutas em conjunturas tão ou mais duras quanto essa em que vivemos, saberá através de seus organismos de classe, independentes e autônomos, encontrar formas de resistir. E não apenas resistiremos. Superadas as ilusões dos últimos anos estão criadas as condições para um salto de consciência da classe trabalhadora brasileira.

*Recebido em 15 de agosto de 2016*

*Aceito em 13 de outubro de 2016*

*Editado em 15 de dezembro de 2016*